



## CONCURSO PÚBLICO: Universidade de Rio Verde

### CADERNO DE QUESTÕES: Defensor Jurídico

### PROVA DISCURSIVA

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- 1- Verifique se este caderno contém CINCO questões, sendo QUATRO questões discursivas e UM enunciado para elaboração de peça prática, acompanhadas de espaço para rascunho.
- 2- Confira os dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.
- 3- Será permitida, na prova discursiva, a consulta à legislação seca, não comentada ou anotada.
- 4- Não se comunique com outros candidatos, nem se levante sem autorização do fiscal de sala.
- 5- Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à: identificação, que será feita no decorrer da prova; transcrição dos textos para o Caderno de Resposta Definitivo; e à conferência do material de consulta.
- 6- Nenhuma folha deste caderno de prova poderá ser destacada.
- 7- O Caderno de Resposta Definitivo da Prova Discursiva não pode ser assinado, rubricado, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o(a) candidato(a), sob pena de anulação da prova (item 10.6 do edital).
- 8- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, ou no Caderno de Resposta Definitivo, poderá implicar a anulação de sua prova.
- 9- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno.
- 10- A saída com o CADERNO DE PROVA somente ocorrerá após 3 horas e 30 minutos do início das provas.
- 11- Ao sair recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não será permitido o uso dos sanitários.

Conforme edital, subitem 7.2.7.1, letra c), os candidatos serão eliminados se os dispositivos eletrônicos sob seus cuidados emitirem algum sinal sonoro.

O candidato que for eliminado deverá obrigatoriamente assinar o Termo de Eliminação do Concurso Público. Mesmo que o candidato seja eliminado, conforme item 12.20 do edital, somente será permitido retirar-se definitivamente da sala de prova (objetiva e de redação) após transcorrido o tempo de 2 (duas) horas do início da aplicação das provas, mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas e do seu Caderno de Questões, ao fiscal de sala.

Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da CADERNO DE RESPOSTA DEFINITIVO:  
**QUATRO HORAS**

## PROVA DISCURSIVA

### QUESTÃO 1

#### **Direito Penal e Processual Penal**

No dia 12 de janeiro de 2024, por volta das 21h, na Avenida Presidente Vargas, Setor Central, na cidade de Rio Verde, no estabelecimento comercial denominado “Vai Quem Quer”, aproveitando a desatenção do atendente/vítima, Pedro Pedrada subtraiu o aparelho de telefone celular, marca Iphone, que estava sobre o balcão da recepção. Assim que o meliante empreendeu fuga, a polícia foi acionada e saiu em perseguição imediata, tendo o autor sido preso em flagrante delito a cerca de três quarteirões de distância. Na ocasião, o aparelho de telefone foi apreendido intacto. A vítima reconheceu o autor e teve o telefone devolvido pela autoridade policial que lavrou o auto de prisão em flagrante. O autor está desempregado, mas é primário, não possuindo outros registros, nem condenações anteriores. A prisão foi comunicada ao juízo competente, tendo sido designada a audiência de custódia para o dia 02 de fevereiro de 2024 às 13h. Qual seria a peça processual adequada de defesa e quais os fundamentos poderiam ser utilizados para embasar o pedido? Fundamente sua resposta.

### QUESTÃO 2

#### **Direito Constitucional**

Suponha que o Município Gama, local de grande produção canavieira, tenha criado uma lei proibindo, de maneira total e imediata, a queima da palha da cana-de-açúcar, em razão do teor lesivo da fumaça produzida no processo de queima.

Levando em consideração a matéria inerente à repartição de competências constitucionais, pergunta-se: poderia o referido município ter legislado sobre tal matéria? Explique à luz da Constituição e eventuais precedentes judiciais.

### QUESTÃO 3

#### **Direito da Criança e do Adolescente**

“Atos infracionais são condutas descritas como crime ou contravenção penal cometidas por crianças ou adolescentes (Artigo 103 do ECA). Ou seja, o que chamamos de “crime” quando cometido por adulto, denominamos “ato infracional” quando cometido por criança ou adolescente.

Mas não é só o nome que muda, não. A forma de compreender os atos infracionais deveria ser diferente de como se vê a prática de um crime.

Como crianças e adolescentes estão em condição peculiar de desenvolvimento, comprovada cientificamente e culturalmente, atos infracionais são uma manifestação de que tanto a família quanto a sociedade e o Estado falharam com essa criança/adolescente.

Nossa legislação reconhece uma série de direitos fundamentais de crianças e adolescentes que, quando ausentes ou violados, se tornam vulnerabilidades que impactam a trajetória daquela pessoa, de maneira a levarem-na a cometer um ato infracional.

Certamente, uma criança/adolescente que tem todos os seus direitos garantidos, dificilmente cometeria quaisquer atos infracionais.”

**(Direitos dos(as) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Gloria de Ivone – Cedeca Tocantins. Ministério Público do Estado do Tocantins, 2020.)**

No que diz respeito à prática do ato infracional, com fundamento nas disposições legais expressas, especialmente na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, disserte sobre cada uma das garantias processuais asseguradas ao adolescente.

## QUESTÃO 4

### Direitos Humanos e Cidadania

Imagine-se a seguinte situação hipotética: uma família é constituída por três pessoas: **Artemis**, mulher, com 25 (vinte e cinco) anos, servidora pública; **Hefesto**, homem, com 28 (vinte e oito) anos, comerciante; **Ícaro**, criança, com 4 (quatro) anos, filho de **Artemis** e **Hefesto**. A família reside em uma casa na Rua das Flores, n. 14, no bairro Hortaliças. Em certo final de semana, enquanto as três pessoas estavam na residência, **Artemis** e **Hefesto** iniciam uma discussão por causa da divisão dos afazeres domésticos e em torno dos cuidados com **Ícaro**. Em determinado momento, **Hefesto** retira o aparelho celular de **Artemis** e quebra-o sem seu consentimento, por entender que ela deveria se responsabilizar pelos cuidados com a casa e com a criança. Em seguida, **Hefesto** passa a agredir fisicamente **Artemis**, na presença de **Ícaro**. A polícia é chamada, chega no local e, diante das constatações, inclusive escoriações e hematomas em **Artemis**, encaminha-os à Delegacia. **Ícaro** fica com **Artemis** até a conclusão de seu depoimento. Depois, retornam para a residência. Com base nessa situação hipotética, responda aos itens abaixo:

- a) Em relação a Ícaro, a conduta adotada foi adequada? Explique.
- b) A respeito dos direitos humanos da infância, quais são os paradigmas normativos adotados pela República Federativa do Brasil? Na aplicação dessas normas, há limitação ao ordenamento jurídico pátrio?

## PEÇA PRÁTICA PROCESSUAL

F.A.B, menor com 17 anos de idade, foi apreendido pela polícia militar da cidade de Rio Verde e autuado pela prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, previsto no art. 33, *caput*, da lei n.º 11.343/2006.

Consta no auto de apreensão que no dia 16/3/2024 (sábado), após receberem denúncia anônima da prática de tráfico de drogas em determinada residência, os policiais militares deslocaram até o local e lá encontraram o menor F.A.B na rua em frente à entrada da casa denunciada, na companhia de um conhecido usuário de drogas do bairro. Na sequência, os militares resolveram abordar o menor e com ele encontraram 5 (cinco) gramas de uma substância que aparentava ser maconha. Em seguida, e avançando nas diligências, os policiais militares, sem consentimento do menor ou de algum representante legal, ingressaram na residência e lograram êxito em localizar 8 (oito) porções de uma substância que aparentava ser maconha, com peso total bruto de 230 g (duzentos e trinta gramas). Na residência, os policiais militares localizaram também uma balança de precisão, R\$ 130,00 (cento e trinta reais) em espécie e 2 (dois) aparelhos de telefone celular. O usuário de drogas que estava com o menor no momento da abordagem negou qualquer envolvimento com o tráfico de drogas e disse não ter conhecimento de que F.A.B comercializava substância entorpecente no bairro. Na Delegacia de Polícia o menor negou comercializar droga, aduzindo que guardava a substância para um amigo, não declinando o seu nome ou identificação. O laudo de perícia criminal – constatação de drogas (exame preliminar) - concluiu que o material apreendido revelou ser **POSITIVO** para a caracterização de **Cannabis sativa**, vulgarmente conhecido por **MACONHA**. A/O **Cannabis sativa** é proscrito(a) no país pela portaria SVS/MS n.º 344/1998, atualizada por meio da RDC n.º 473, de 24/02/2021 da ANVISA. O menor F.A.B não possui outros registros de prática de atos infracionais anteriormente.

O auto de apreensão foi lavrado pela autoridade policial e encaminhado ao Ministério Público. Recebido o auto de apreensão do menor o membro do Ministério Público representou ao Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Rio Verde para a aplicação de medida socioeducativa de internação, pleiteando, ainda, a sua internação provisória, atribuindo-lhe a prática do ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas. O Juiz atuante no Juizado da Infância e Juventude da Comarca recebeu a representação e designou audiência de apresentação, que ocorreu no dia 19/3/2024 (terça-feira), oportunidade em que decretou a internação provisória do menor F.A.B. Neste ato, o menor infrator, acompanhado pela defesa técnica, repetiu a versão apresentada à autoridade policial, de que apenas guardava a droga para um amigo. Na sequência, foi concedido o prazo legal para a defesa técnica apresentar a peça defensiva. O(a) Senhor(a), na condição de Defensor Jurídico da UniRV, designado para promover a defesa técnica do menor infrator, **elabore a peça defensiva apropriada**, invocando **todas as teses possíveis e cabíveis em benefício do menor representado**.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

### RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

### RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

## RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO